



Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

PROCESSO CEAGESP 126/2014

CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A CEAGESP – COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO E A FACTO TURISMO LTDA - ME.

Pelo presente instrumento, de um lado a **CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO**, com sede na Avenida Doutor Gastão Vidigal, nº 1.946, CEP 05316-900, na Vila Leopoldina, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob nº 62.463.005/0001-08, com Inscrição Estadual nº 111.350.904.113, doravante simplesmente denominada **CEAGESP** e, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente **MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS**, portador do RG nº 9.053.908-4 SSP/SP e do CPF/MF nº 029.986.098-13 e por seu Diretor Administrativo e Financeiro **ARNALDO TEIXEIRA MARABOLIM**, portador do RG nº 7546881 SSP/SP e do CPF/MF nº 684.046.708-20 e, de outro lado, a **FACTO TURISMO LTDA - ME**, com sede na Avenida Pedro Lessa, nº 1064, Conj. 32, Bairro Ponta da Praia, CEP 11.025-000, no Município de Santos, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob nº 14.807.420/0001-99, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua Sócia Proprietária **EVELYN SOARES PEREIRA**, portadora do RG nº 43.918.316-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 304.486.498-45, têm entre si justo e acertado, o presente Contrato, de acordo com a documentação contida no **Processo CEAGESP nº 126/2014, Pregão Eletrônico nº 09/2015**, sujeitando-se as partes às determinações legais, e com integral observância da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decretos nºs 5.450 de 31 de maio de 2005, 3.722 de 09 de janeiro de 2001, 4.485 de 25 de novembro de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, nº 147 de 07 de agosto de 2014, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento e emissão de passagens aéreas (bilhetes físicos ou eletrônicos), hospedagens em âmbito nacional e internacional e seguro viagem para atender aos funcionários, membros dos Conselhos e autoridades da **CEAGESP** – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, conforme quantidades e especificações constantes do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

1.2. Fazem parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no ato convocatório, a proposta comercial da **CONTRATADA**, as normas contidas na Lei nº 10.520/2002, nos Decretos nº 5.450/2005, 3.722/2001, 4.485/2002, Lei Complementar nº 123/2006, 147/2014 e na Lei nº 8.666/93.



Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

PROCESSO CEAGESP 126/2014

CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1

8.6. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar mensalmente as Certidões e os comprovantes exigidos na **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**.

8.6.1. A **CEAGESP** poderá solicitar à **CONTRATADA**, quando julgar necessário ou entender conveniente, ao seu exclusivo critério, a exibição dos demais comprovantes de recolhimento dos tributos e encargos devidos que decorram direta ou indiretamente dos **SERVIÇOS** de que tratam o presente **CONTRATO**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA** entre outras decorrentes deste **CONTRATO**:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Atender à **CEAGESP**, por telefone e correspondência eletrônica, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, fato que implicará a contratada indicar o(a) empregado(a) para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones **SEM CUSTOS** para contratante, seja linhas 0800 ou outra modalidade de comunicação telefônica, para recebimento de ligações **NACIONAIS/INTERNACIONAIS**;
 - b.1) Disponibilizar meios de comunicação informatizada através de software da própria empresa ou outro aplicativo para gerenciar a comunicação mais rápida e abrangente para troca de informação verbal e documental. Exemplos: Skype, Yahoo Messenger, Google Talk, etc.
- c) Assistir ao Presidente e aos Diretores da **CEAGESP** proporcionando facilidades como: "check in" antecipado, "check-out" e desembaraço de documentação;
- d) Providenciar atendimento personalizado aos funcionários da **CEAGESP**, ou a quem ela determinar, para planejamento de viagens, embarques, hospedagens e outros serviços pertinentes.
- e) Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes, bem como orientações a respeito de Hotel, Localização, Taxas e Diárias;
- f) Proceder a emissão de bilhetes por meio de requisição de passagem aérea emitida pelo contratante;
- g) Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias;
- h) Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas e rede hoteleira;
- i) Fornecer, sempre que solicitado pelo contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens aéreas e voucher dos hotéis;



PROCESSO CEAGESP 126/2014**CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1**

- j) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- k) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento Gestor do Contrato, cujas solicitações deverão prontamente ser atendidos;
- l) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento;
- m) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato;
- n) Efetuar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;
- o) Entregar bilhete de passagem aérea e voucher de hospedagem fora do horário de expediente, em local indicado pelo contratante;
- p) Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque, seguro viagem e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil e do Exterior;
- q) Reembolsar à **CEAGESP** o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;
- r) Fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento;
- s) Reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo a **CEAGESP** solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que são de inteira responsabilidade da contratada;
- t) Empregar, na execução dos serviços, profissionais capacitados, especializados no trato de tarifas e emissão de passagens aéreas e hospedagens internacionais;
- u) Comunicar de imediato ao Gestor do Contrato, toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos necessários;
- v) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;



Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

PROCESSO CEAGESP 126/2014

CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1

y) Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEAGESP:

10.1. Constituem obrigações da CEAGESP:

10.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

10.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência;

10.1.3. Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuados;

10.1.4. Comunicar à contratada, a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos e locais;

10.1.5. Emitir as requisições de passagens aéreas, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente;

10.1.6. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

10.1.7. Notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.8. Realizar pesquisas nas companhias aéreas, bem como solicitar e verificar a pesquisa de preços das passagens feitas pela contratada,

10.1.9. Notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;

10.1.10. Solicitar formalmente à contratada, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a contratada deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada;

10.1.11. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

10.1.12. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada;

10.1.13. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor;



PROCESSO CEAGESP 126/2014

CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1

10.1.14. Dar conhecimento à contratada dos nomes dos seus dirigentes que tem competência para requisitar e alterar trechos de viagens não compreendidos nas requisições de transporte aéreos; e,

10.1.15. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor das tarifas à data de emissão das passagens.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. Para fins de execução, do acompanhamento e da fiscalização do objeto do presente **CONTRATO**, fica designado o **Gestor das Formalidades**, Preposto e Representante da **CEAGESP**.

11.2. Para cumprimento do acompanhamento e da fiscalização do objeto do presente **CONTRATO**, é designado de acordo com os normativos internos o **Gestor Técnico** e o **Suplente do Gestor Técnico**, que deverão auxiliar o **Gestor das Formalidades** na fiscalização da execução do objeto do presente **CONTRATO**.

11.2.1. O **Gestor Técnico**, poderá designar, desde que expressamente, empregados do seu quadro para auxiliarem no acompanhamento da execução do objeto do presente **CONTRATO**.

11.2.2. O **Gestor Técnico** e os Auxiliares expressamente designados, em decorrência do acompanhamento da execução do objeto do presente **CONTRATO**, e demais interesses da **CEAGESP**, deverão:

- a) enviar correspondência à **CONTRATADA**, solicitando providências quanto aos prazos e outros fatores pertinentes a execução do objeto do presente **CONTRATO**;
- b) comunicar o **Gestor das Formalidades**, solicitando providências quanto a faltas ou defeitos não sanados e outros fatores que excederem sua competência;

11.2.3. O **Gestor Técnico** acompanhará as ocorrências e relatórios técnicos, promovendo a autuação dos documentos no correspondente Processo Administrativo.

11.3. O **Gestor das Formalidades** e o **Gestor Técnico** têm a responsabilidade de zelar pelo cumprimento da execução do presente **CONTRATO** e demais interesses da **CEAGESP** e, deverão:

- a) registrar todas as ocorrências relevantes, relativas ao objeto do presente **CONTRATO**;
- b) determinar e adotar todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do presente **CONTRATO**;
- c) enviar correspondência a **CONTRATADA**, solicitando esclarecimentos quanto a faltas ou defeitos não sanados no prazo estabelecido;

PROCESSO CEAGESP 126/2014**CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1**

d) sugerir aplicação de sanções, caso os esclarecimentos da **CONTRATADA** não sejam satisfatórios, encaminhando o processo à autoridade superior em tempo hábil para a adoção das medidas legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES CONTRATUAIS:

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa, sem justificativa aceita pela **CEAGESP** resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, as seguintes sanções:

(A) **Advertência**, no caso de inadimplência do prazo de execução do objeto e para infrações leves, assim entendidas aquelas que não causam prejuízo à **CEAGESP**.

(B) **Multa**:

(B1) **Multa** de 1% (um por cento), ao dia, o valor global anual até o limite de 10 (dez) dias;

(B2) **Multa** de 5% (cinco por cento) do valor global anual, se após o 10º (décimo) ao 15º (décimo quinto) dia, a obrigação não for corretamente cumprida, acrescido do montante da multa estipulada no item B1;

(B3) **Multa** de 20% (vinte por cento) do valor global anual, na hipótese de rescisão contratual por culpa do contratado;

(C) **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CEAGESP** por prazo não superior a 02 (dois) anos, mediante registro nos sistemas de cadastramento de fornecedores (SICAF) a que se refere o art. 7º e o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, por igual período, via **MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**.

(D) **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.2. As sanções previstas nas letras A, C e D, acima referidas, poderão ser aplicadas juntamente com a letra B e seus subitens.

12.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CEAGESP**.

12.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Presidente, devidamente justificado.

12.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



PROCESSO CEAGESP 126/2014**CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1**

12.6. No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação emitida pela **CEAGESP**, salvo no caso da sanção prevista no item 11.5.1., letra D do Edital, em que o prazo para defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis.

12.7. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado do valor da garantia e, se necessário, do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

12.8. As multas previstas na presente Cláusula não tem caráter compensatório e, o seu pagamento não desobriga a **CONTRATADA** da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vier a acarretar à **CEAGESP**.

12.9. Além das penalidades previstas na presente Cláusula, pelo inadimplemento ou pela inexecução parcial ou total do Objeto ora contratado ou, por imperícia, o presente **CONTRATO** poderá ser rescindido conforme previsto na Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão.

12.10. Em caso de constatação de fraude na execução do **CONTRATO**, estará sujeita a **CONTRATADA** à penalidade do item 12.1., letras C e D, respondendo ainda por perdas e danos ocasionados à **CEAGESP**, os quais serão apurados em competente processo, levando em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO:

13.1. Constituem motivos para rescisão contratual, assegurado sempre o princípio do contraditório e da ampla defesa:

- a) a segunda reincidência de um mesmo tipo de infração, conforme previsto na letra “B.1.” do Item 12.1. da Cláusula Décima Segunda – Das Sanções Contratuais;
- b) a inexecução ou o inadimplemento parcial ou total do presente Contrato, ou o cometimento de imperícia ou falta grave que, provoque dano ou prejuízo à **CEAGESP**;
- c) a realização de serviços não contratados;
- d) a sub-contratação parcial ou total dos **SERVIÇOS** ora contratados;
- e) descumprimento ao disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, bem como os artigos 55, VIII e 78, I da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações; e,
- f) descumprimento das demais disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e, demais leis pertinentes.

13.2. Por dar causa à rescisão do Contrato ora firmado entre as Partes, ficará a **CONTRATADA** impedida de licitar e de contratar com a **CEAGESP** pelo período de 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na legislação pertinente.

PROCESSO CEAGESP 126/2014

CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, que será competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou que venha ser.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. Ficam desde já o **Gestor das Formalidades** e o **Gestor Técnico**, responsáveis pelo acompanhamento da execução e encerramento definitivo do presente Contrato ora firmado entre as partes.

15.2. E por estarem assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente **CONTRATO** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos fins e efeitos de direito.

São Paulo, 15 de Maio de 2015.

CEAGESP – COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO



MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS
Diretor Presidente



ARNALDO TEIXEIRA MARABOLIM
Diretor Administrativo e Financeiro

FACTO TURISMO LTDA - ME



EVELYN SOARES PEREIRA
Sócia Proprietária

TESTEMUNHAS



RUBENS REIS DE SOUZA JUNIOR
Gerente do DECAL
Departamento Comercial
Gestor das Formalidades



PAULO CESAR SOUZA PINTO
Assistente Executivo
Departamento Comercial
Gestor Técnico

PROCESSO CEAGESP 126/2014

CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Os serviços que a **CONTRATADA** coloca à disposição da **CEAGESP** deverão ser executados em estrita observância ao disposto nos presentes autos, bem como nas especificações contidas no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto do presente **CONTRATO**, sem autorização expressa da **CEAGESP**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DO REAJUSTE:

3.1. A presente contratação terá 12 (doze) meses sucessivos e ininterruptos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, mediante a lavratura de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei.

3.2. Do Reajuste:

3.2.1. O preço para esta contratação permanece fixo e irrevogável pelo período de 12 meses, a partir da emissão da Ordem de serviços.

3.2.2. Após o período citado no item anterior o preço dos serviços objeto do presente contrato serão reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da data da emissão da primeira Ordem de Serviços, com base na variação do **IPCA-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado pelo IBGE)**, do mesmo período.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO SEGURO VIAGEM:

4.1. Para a prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**, a **CEAGESP** pagará para a **CONTRATADA**, o valor anual que é estimado em até **R\$ 436.854,46 (quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)**, conforme **ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL** da **CONTRATADA – Lote Único**, demonstrativo relacionado abaixo:

4.1.1. Taxa de Agenciamento de Viagens Nacionais:

ITEM	A	B	C	D={ (AXB)+C }
01	Nº Estimado de Bilhetes Emitidos Anual	Valor Único da Taxa de Prestação de Serviços de Agenciamento a ser Cotado no Pregão – Valor estimado	Valor Estimado para Emissão de Bilhetes + Taxa de Embarque + Seguro Viagem	TOTAL ESTIMADO
	750	R\$ 0,00	R\$ 259.043,55	R\$ 259.043,55

PROCESSO CEAGESP 126/2014

CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1

4.1.2. Planilha Orçamentária – Agenciamento de Viagens Internacional:

ITEM	A	B	C	D={ (AXB)+C }
02	Nº Estimado de Bilhetes Emitidos Anual	Valor Único da Taxa de Prestação de Serviços de Agenciamento a ser Cotado no Pregão – Valor estimado	Valor Estimado para Emissão de Bilhetes + Taxa de Embarque + Seguro Viagem	TOTAL ESTIMADO
	14	R\$ 0,00	R\$ 60.975,90	R\$ 60.975,90

4.1.3. Hospedagem:

ITEM	Nº Estimado de Hospedagens Anual	Maior Desconto (%) na Diária de Hospedagem	TOTAL ESTIMADO COM HOSPEDAGENS	VALOR TOTAL APÓS DESCONTO APLICADO
03	300	20,35%	R\$ 111.268,07	R\$ 88.625,01

4.1.4. Planilha Orçamentária Hospedagens Internacionais:

ITEM	Nº Estimado de Hospedagens Anual	Maior Desconto (%) na Diária de Hospedagem	TOTAL ESTIMADO COM HOSPEDAGENS	VALOR TOTAL APÓS DESCONTO APLICADO
04	14	19,40%	R\$ 35.000,00	R\$ 28.210,00

TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ANUAL – LOTE ÚNICO	R\$ 436.854,46
-----------------------------------------------------------	-----------------------

4.2. Os valores do período contratual firmados entre as partes, são respectivamente:

4.2.1. O preço da passagem aérea ou da hospedagem, a ser fornecido será apurado na data de emissão do respectivo bilhete ou voucher, após levantamento efetuado dos voos entre as empresas aéreas que mantenham linhas regulares para a localidade de destino desejado ou rede hoteleira, inclusive o respectivo seguro viagem, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

4.2.2. O valor da tarifa considerado é aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo e rede hoteleira internacional, inclusive quanto às promocionais.

4.2.3. Devem ser repassadas à **CEAGESP** as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências legais para esse fim.

4.2.4. A administração da **CEAGESP** reserva-se o direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessário, do valor vigente das tarifas à data da emissão de bilhete de passagem aérea ou de hospedagem.

PROCESSO CEAGESP 126/2014**CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1**

4.2.5. Os valores revisados devem ser comunicados à Administração da **CEAGESP** por meio de documento oficial expedido pela **CONTRATADA**.

4.2.6. Fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos a favor da **CEAGESP** decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento.

4.2.7. Apresentar, no primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados os serviços, relatório contendo os quantitativos totais mensais de serviços prestados.

4.2.8. A **CEAGESP** solicitará à **CONTRATADA**, na hipótese de incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

4.2.9. Após conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **CEAGESP** atestará o faturamento mensal, comunicando a **CONTRATADA**, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada até o terceiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

4.2.10. A **CONTRATADA** deverá apresentar nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, informando o número do respectivo contrato e indicação de conta bancária, para liquidação e pagamento da despesa, anexando os seguintes documentos:

- a) originais das requisições de passagens aéreas e hospedagens emitidas pela **CEAGESP**;
- b) cupons do agente emissor do bilhete de passagem aéreo ou cópias dos bilhetes eletrônicos;
- c) tabela de preços da companhia aérea ou hotel, caso tenha ocorrido alteração no preço da tarifa em relação ao preço que está sendo aplicado.

4.2.11. A nota fiscal/fatura que apresentar qualquer tipo de incorreção será devolvida, pela **CEAGESP**, que informará o motivo da devolução.

4.2.12. Pagamento da nota fiscal/fatura somente se efetuará após a verificação da regularidade da **CONTRATADA** junto à Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

4.2.13. A **CEAGESP** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos do contrato.

4.2.14. As faturas deverão ser emitidas pela **CONTRATADA** e apresentadas de 2ª a 6ª feira, exceto feriados – no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, no Departamento Comercial, situada na Av. Dr. Gastão Vidigal nº 1946 – EDSÉD III – Vila Leopoldina – CEP 05316-900 – São Paulo/SP, ou transmitidos eletronicamente.

PROCESSO CEAGESP 126/2014**CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1**

4.2.15. O valor global e final apresentado na proposta, contempla toda mão-de-obra, custos direto e indireto, uniformes, EPI's, administração, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, encargos e contribuições parafiscais, tributos, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucro e quaisquer outros aqui não mencionados, de modo a constituir uma única contraprestação pela execução dos serviços.

4.3. DO SEGURO VIAGEM:

4.3.1. O seguro viagem de contratação opcional e facultativa pelo Departamento/Seção solicitante das passagens e/ou hospedagens no momento da aquisição dos serviços, será confirmada mediante requerimento devidamente assinado pelo Diretor, Gerente, Chefe ou responsável legal.

4.3.2. Os valores do seguro viagem contratado, bem como sua cobertura deverão ser descritos e apresentados ao requerente para conferência e confirmação na pré-contratação.

4.3.3. Os valores, coberturas e autorizações da contratação são de responsabilidade dos Departamentos e Seções, que por eles reconhecem suas condições gerais e implicações.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. A vigência do presente **CONTRATO** se dará a partir da emissão da Ordem de Serviços a ser expedida pelo Gestor das Formalidades, representante da **CONTRATADA**, que deverá conter o ciente do representante da **CONTRATADA**, sendo certo, contudo, que será pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado de acordo com o permissivo legal, até o limite de 60 meses.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no 10º dia após a apresentação das faturas, acompanhadas da documentação necessária. A percepção do valor faturado ficará condicionada à consulta prévia "on-line" ao **SICAF**, demonstrando situação regular da **CONTRATADA** nos documentos por ele abrangidos, ou nos sítios oficiais dos órgãos emitentes das certidões.

6.2. Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos e procedimentos abaixo listados, os quais deverão ser cumpridos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços:

6.2.1. Relatório de Serviços devidamente aprovado pelo Gestor Técnico da **CEAGESP**;

6.2.2. Nota Fiscal ou Fatura contendo a especificação detalhada do Valor a ser pago, com a descrição exata dos serviços efetivamente prestados e com o destaque para os valores dos impostos retidos.

6.2.3. Certificado de Regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF;

PROCESSO CEAGESP 126/2014**CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1**

6.2.4. Comprovantes de pagamentos das Contribuições Previdenciárias e Social, bem como do FGTS dos seus empregados designados para realização dos serviços ora contratados;

6.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, compreendendo os seguintes documentos:

6.2.5.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante;

6.2.5.1.1. A certidão a que se refere a alínea anterior abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em Dívida Ativa da União (DAU).

Nota: A Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela RFB e PGFN, bem como a Certidão referente à Contribuição Previdenciária (INSS), emitida pela RFB, expedidas anteriormente à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014, alterada Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.821, de 17/10/2014, poderão ser apresentadas para satisfazer a exigência da alínea "b.1", desde que estejam dentro do prazo de validade nelas constantes, conforme prevê a Portaria MF nº 358, de 5/9/2014 (publicada no DOU de 9/9/2014).

6.3. Relativo a tributos:

6.3.1. As faturas deverão destacar os tributos e contribuições a serem retidos, que incidirem diretamente sobre os pagamentos, tais como:

- a) ISSQN (de 2% a 5%, conforme legislação do município da prestação de serviço) ou prova de isenção;
- b) IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS (5,85%, 9,45% etc) de acordo com a Lei 10.833/2003, art.34, de retenção obrigatória pela **CEAGESP** ou prova de isenção; e
- c) INSS (11% para empreitada e mão de obra conforme IN/INSS nº3/2005) ou prova de isenção.

6.4. Relativo a encargos sociais e outros, os pagamentos ficarão condicionados à situação regular e válida da empresa **CONTRATADA** perante o CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal. Antes da execução do pagamento, será efetuada consulta "on-line" ao sistema, para aferição da situação da **CONTRATADA**. Os pagamentos somente serão efetivados caso a **CONTRATADA** apresente situação ativa e regular perante o sistema.

6.4.1. A não observância do aqui previsto implicará na suspensão do pagamento, ficando, a **CEAGESP**, isenta de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, até a efetiva comprovação da regularidade fiscal.

PROCESSO CEAGESP 126/2014**CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1**

6.5. O Departamento Financeiro e Contábil – DEFIC - da **CEAGESP**, fará a análise da regularidade dos demais documentos e das demais exigências contratuais e legais, quando então, apurada a sua completa regularidade, será providenciado o pagamento devido.

6.6. Na constatação de erro ou de divergência entre as informações constantes da Nota Fiscal ou da Fatura, do Relatório de Serviços, especialmente em relação aos serviços efetivamente prestados, ou, na inobservância de quaisquer das demais exigências, a **CEAGESP** fará a devolução dos documentos até o regular cumprimento das obrigações ora estabelecidas por parte da **CONTRATADA**, devendo, então, o pagamento correspondente ocorrer até o 10º (décimo) dia útil subsequente.

6.7. A devolução dos documentos de cobrança, em hipótese alguma poderá se constituir em motivo para suspensão da execução dos serviços ora contratados por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA:

7.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CEAGESP**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data da assinatura do presente Contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, nos termos do art. 56, da Lei nº 8.666/93 e da Instrução Normativa nº 02/2008 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7.2. A garantia qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**.

7.3. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, por meio de depósito efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificado a crédito da **CEAGESP**, nos termos do artigo 1º, IV, do Decreto Lei nº 1.737/1979, com correção monetária;
- b) Títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- c) Seguro-garantia, devendo ter validade durante toda a vigência do Contrato; ou
- d) Fiança bancária, devendo ter validade durante toda a vigência do Contrato.

PROCESSO CEAGESP 126/2014**CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1**

7.4. Quando for oferecido pela licitante vencedora, seguro na forma de seguro garantia, e, atos praticados pela licitante vencedora admitirem a execução do mesmo, a **FISCALIZAÇÃO** deverá providenciar a notificação extrajudicial da licitante vencedora para cumprimento de suas obrigações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, e, em caso de não comparecimento da licitante vencedora para cumprimento de suas obrigações, a notificação extrajudicial deverá ser enviada à seguradora juntamente com o pedido de pagamento da apólice.

7.4.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 7.2. itens "a" a "d".

7.5. Se majorado o valor contratado, seja por qualquer razão (reajuste, repactuação, revisão ou acréscimos contratuais), a **CONTRATADA** deverá complementar o valor da garantia prestada, nos termos do § 2º, do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

7.6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia prevista no item 7.1. acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato anual atualizado por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

7.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos, após o transcurso do prazo do item 7.1., autoriza a **CEAGESP** a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme disposto nos incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.9. Se o valor da garantia for utilizado como pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data de recebimento da notificação pela **CEAGESP**.

7.10. A perda da garantia em favor da **CEAGESP**, por inadimplemento das obrigações contratuais firmadas, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.

7.11. A qualquer tempo, mediante comunicação à **CEAGESP**, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Contrato.

7.12. A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CEAGESP**, mediante Termo de Recebimento Definitivo (TRD), de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) 03 (três) meses após o término da vigência contratual, caso a **CEAGESP** não comunique a ocorrência de sinistro.

7.13. A **CEAGESP** não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;



Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

PROCESSO CEAGESP 126/2014

CONTRATO Nº 126/14-1837-1505-17-030-19-1

- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por funcionários da **CEAGESP**.

7.14. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no item 7.13, alíneas "a" a "d".

7.15. A garantia prevista no item 7.1. Somente será liberada ante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela **CEAGESP**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS:

8.1. Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** que os recolherá, sem direito a reembolso. A **CEAGESP**, quando (ela) for a fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos previsto em lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela **CONTRATADA**, segundo a legislação vigente.

8.1.1. A **CEAGESP** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

8.2. Quando a **CEAGESP** for a responsável pela retenção na fonte e pelo recolhimento de tributos ou contribuições decorrentes do presente **CONTRATO** e, por decorrência de erro de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, vier a responder por custos ou ônus de qualquer natureza, promoverá o desconto dos valores devidos, atualizados, quando do pagamento imediatamente posterior à constatação do fato, de modo a ressarcir-se do custo causado, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e da promoção das ações legais e judiciais cabíveis.

8.3. Na hipótese de alteração de alíquotas, isenção ou instituição de tributos ou encargos, que incidam direta ou indiretamente sobre os **SERVIÇOS** ora contratados durante o período de vigência do presente **CONTRATO**, a **CEAGESP** procederá da seguinte forma:

8.4. Em caso de alteração para menor ou isenção, a **CEAGESP** promoverá a redução do valor contratado nas mesmas bases e proporções decorrentes das reduções promovidas, procedendo o desconto do valor a ser pago quando do pagamento das parcelas vincendas; e,

8.5. Em caso de alteração para maior ou instituição, a **CEAGESP** somente procederá ao pagamento da diferença mediante comprovação pela **CONTRATADA** do ônus daí decorrente.

